

Como o estado de Minas Gerais está trabalhando para alcançar o objetivo “Educação de Qualidade”, no contexto da pandemia de COVID-19.

How the state of Minas Gerais is working to achieve the goal “Quality Education” in the context of the COVID-19 Pandemic.

ANA CAROLINA VIEIRA

Graduanda de Administração e Bolsista de Iniciação Científica – Faculdade Unyleya

MARIA ESTHER DE ARAÚJO

Mestre em Gestão Ambiental – Educação e Saúde
Docente e Orientadora – Faculdade Unyleya

Resumo: Neste estudo, foram apresentados os impactos que a pandemia do novo coronavírus causaram na educação de Minas Gerais, e como o governo do estado, por meio das políticas públicas, trabalhou para que o estado pudesse alcançar as metas educacionais da Agenda 2030. Primeiro, foi feito um breve estudo sobre a desigualdade social e digital dos estudantes das escolas públicas de Minas Gerais, para, posteriormente, tratarmos das políticas públicas que foram implementadas pelo estado. Além disso, destacou-se como o uso da tecnologia foi essencial para o ensino remoto, e como houve uma evolução dessa tecnologia tanto para estudantes quanto para os professores, inclusive com a disponibilização de formação continuada para todos os professores da rede pública de Minas Gerais. Por fim, tecemos as considerações finais, destacando essa evolução da tecnologia e como a educação presencial e a imagem do professor dentro da sala de aula ainda são importantes para a educação básica.

Palavras-chave: Educação Básica. Pandemia. Políticas Públicas. Agenda 2030.

Abstract: In this study, were presented the impacts that the new coronavirus pandemic had on Minas Gerais education, and how the state government, through public policies, worked to achieve the educational goals of the 2030 Agenda. Initially, a brief study about the social and digital inequality of public schools’ students from Minas Gerais was produced, posteriorly, we examine the public policies that were implemented by the state. Moreover, we highlight how the use of technology was essential for remote teaching, and how there was an evolution of this technology for both students and teachers, including the provision of continuing education for all public-school teachers in Minas Gerais. In conclusion, we make the final considerations, emphasizing this evolution of technology and how a face-to-face education and the teacher image inside the classroom are still important for basic education.

Keywords: Basic education. Pandemic. Public policy. 2030 Agenda.

1 Introdução

Desde o início do ano de 2020, o estado de Minas Gerais, assim como todo o Brasil, enfrenta uma crise sanitária e de saúde que prejudicou diversos ramos da economia, do turismo e da educação. Essa crise decorre da Pandemia do vírus SARS-COV-2, causador da doença COVID-19, uma síndrome respiratória que já causou a morte de cerca de 4,5 milhões de pessoas ao redor do mundo.

De acordo com a Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), o primeiro caso confirmado no estado foi no dia 08 de março do mesmo ano. Em 15 de março de 2020, o governo de Minas Gerias declarou a suspensão de todas as atividades escolares, inicialmente por três dias, a partir do dia 18 do mesmo mês, mas que perdurou até o mês de junho de 2021, quando começaram a voltar de forma gradual e parcial as aulas presenciais de algumas escolas do estado.

A educação é um assunto que precisa ser discutido dentro e fora do contexto da pandemia, sendo ela uma das responsáveis por medir se um país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido e, portanto, a educação de qualidade faz parte dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. O quarto objetivo visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (PNU/IPEA,2020).

A partir disso, observamos que as políticas públicas do governo de Minas Gerias, desde o início da pandemia, preveem a inserção de um ensino híbrido, mas este conta com dificuldades econômicas de muitos estudantes do estado. Com isso, tratamos inicialmente sobre as dificuldades econômicas e digitais encontradas por diversos estudantes mineiros.

Para iniciar essa discussão, foi realizada uma pesquisa por artigos, revistas e artigos de jornais que trazem esse assunto à tona. Foram selecionados artigos recentes, publicados depois da suspensão das aulas presenciais, pois, assim, seria possível ter uma visão real do impacto que a pandemia está causando em diversos jovens mineiros em idade escolar. Pesquisou-se também sobre as desigualdades sociais e digitais que muitos jovens encontram nos dias de hoje, bem como os reflexos da pandemia na vida de seus familiares.

Ao longo do trabalho, as informações encontradas serviram de base para a descrição do perfil socioeconômico de estudantes da educação básica de Minas Gerias, para discriminar os principais problemas socioeconômicos que dificultam o aprendizado no ensino remoto

e híbrido. Também foram identificadas ações de promoção da educação de qualidade para os alunos de baixa renda e analisamos os documentos oferecidos pela Secretaria de Educação sobre o ensino remoto e híbrido no estado de Minas Gerais.

Por fim, foi traçado um paralelo sobre o objetivo estudado da Agenda 2030, especificando a qualificação do professor, para enfim, tecermos nossas conclusões sobre o assunto. Conclusões essas que podem sofrer alterações, pois ainda vivencia-se essa nova realidade e, infelizmente, a pandemia permanece sem previsão certa para o seu fim.

2 Desenvolvimento

2.1 Pandemia de COVID-19

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre casos de pneumonias causadas por um tipo de coronavírus que ainda não havia sido encontrado em humanos. Esses casos foram registrados em Wuhan, província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020 o governo chinês confirmou casos dessa nova infecção provocada pelo vírus.

O coronavírus é um tipo de vírus comum, encontrado em toda parte do mundo, sendo ele o segundo maior responsável por causar resfriado nos humanos (OPAS, 2020), até o surgimento dessa nova cepa, responsável por um surto global da doença COVID-19.

De acordo com a OPAS, “Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização” (OPAS, 2020). Essa foi a sexta vez na história que a OMS declarou Emergência de Saúde Pública Internacional, sendo a primeira vez em 2009, com a pandemia do vírus H1N1 e a quinta vez em maio de 2018, com o surto do vírus ebola na República do Congo. Em 11 de março de 2020, a OMS decretou estado de Pandemia para a COVID-19, e em 18 de março suspendeu-se as aulas em todas as escolas públicas de Minas Gerais.

Com a declaração da OMS de emergência, foram instauradas algumas medidas de proteção para diminuir a propagação do vírus. Entre essas medidas estão o distanciamento social, suspensão das aulas presenciais, o fechamento de atividades ditas não essenciais, entre outras medidas de segurança.

De acordo com o Ministério da Saúde, até o dia 15 de outubro de 2021, 1 ano e 7 meses após o estado de Pandemia declarado, o vírus já ceifou a vida de seiscentos e duas mil e

noventa e nove (602.099) brasileiros, mostrando, assim, a gravidade da doença e como as medidas de proteção que foram adotadas foram importantes para que não houvesse um maior número de mortes pela doença COVID-19.

Feito a exposição do cenário que o mundo e o Brasil estão atualmente vivenciando, é importante refletir sobre as políticas públicas relacionadas à educação, assunto este discutido nos próximos tópicos do trabalho.

2.2 Agenda 2030 e seus objetivos quanto a educação

De acordo com PNU/IPEA (2020), a Agenda 2030 é um compromisso global assumido por 193 países, incluindo o Brasil. Nela, são estabelecidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), com 169 metas a serem alcançadas, propondo ações que agregam diferentes níveis de governos, instituições, empresas e a sociedade em geral para o enfrentamento dos maiores desafios do mundo contemporâneo. A coordenação da agenda é feita pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (PNU/IPEA, 2020).

Para cumprir a meta 4.c, foram disponibilizados diversos cursos de especialização para professores da rede pública de Minas Gerais. Um deles foi o curso Google For Education, destinado aos professores da rede, para aprendizagem das ferramentas oferecidas pelo Google e disponíveis a eles por meio de seus e-mails institucionais. No curso, os professores aprendem a acessar o Google Sala de Aula (Conexão Escola 2.0), a preparar atividades e provas no Google Formulário, a como acessar, apresentar e gravar suas aulas pelo Google Meet, entre tantas outras ferramentas que foram disponibilizadas para os educadores.

2.3. Impactos na educação de Minas Gerais – consequência da pandemia de COVID-19

A educação é um assunto que precisa ser discutido dentro e fora do contexto da pandemia, sendo ela uma das responsáveis por medir se um país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. Considerando essa afirmação, a educação de

qualidade é parte dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Nesta pesquisa, destaca-se o quarto objetivo: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (PNU/IPEA, 2020).

2.3.1 A realidade dos estudantes da rede pública de Minas Gerais

Para entender o cenário que está sendo pesquisado e para entender o perfil socioeconômico dos jovens em idade escolar de Minas Gerais, foi realizada uma pesquisa no site do Censo Escolar de 2020 cujos dados foram comparados com os dados da pesquisa em domicílio realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No primeiro, foi constatado que 1.854.397 estudantes foram matriculados na rede pública de Ensino do estado de Minas Gerais no ano de 2020, 1.740.834 na rede municipal e 666.692 na rede privada. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2019, pesquisa essa realizada pelo IBGE, registrou que o percentual de estudantes que possuem telefone móvel celular para uso pessoal é de 82,9% entre estudantes da rede privada de ensino e 73,2% da rede pública.

Ou seja, 26,8% dos estudantes mineiros não possuem acesso à internet, o que corresponde a cerca de meio milhão de jovens que estão sofrendo maior impacto com a suspensão das aulas presenciais. Para tentar minimizar esse dano, o governo mineiro preparou algumas estratégias visando a continuação dos estudos durante a pandemia, dentre as ações, foram priorizadas duas delas. A primeira são aulas realizadas e gravadas por professores da rede pública, disponibilizadas pelo canal de TV e do YouTube Rede Minas, e a segunda é a distribuição de apostilas de Planos de Estudo Tutorado (PET), também elaborados por professores. No entanto, de acordo com Menezes (2020), a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) tem ciência de que, mesmo com as duas alternativas, não vai alcançar todos os alunos de escolas públicas. Isso porque, no caso da Rede Minas, o sinal chega a apenas 186 dos 853 municípios do Estado, o que representa uma cobertura de 22% das cidades de Minas Gerais. A expectativa é que as aulas estejam disponíveis a cerca de 1 milhão do 1,7 milhão de estudantes mineiros, deixando cerca de 42% dos alunos sem acesso às aulas remotas propostas pelo governo.

2.3.2 Políticas Públicas relacionadas a educação na pandemia

Por consequência da pandemia de COVID-19, é sabido que diversas empresas e instituições tiveram que fechar as portas para o atendimento presencial, ficando apenas com o trabalho remoto. Não foi diferente com a educação em Minas Gerais.

Em 18 de março de 2020, após confirmado o primeiro caso de uma pessoa infectada pelo vírus SARS-COV-2, agente causador da doença COVID-19, o governo de Minas Gerais paralisou, por três dias, as aulas presenciais nas escolas estaduais do estado, sendo posteriormente feita a suspensão das aulas presenciais. Em 22 de abril do mesmo ano, por meio da resolução nº 4.310/2020, regulamentou as normas do ensino no regime especial. De acordo com a resolução da Secretaria de Educação de Minas Gerais, seu objetivo é,

Art. 1º - Regulamentar, no âmbito das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, durante o período de emergência e de implementação das medidas de prevenção ao contágio e enfrentamento da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida (SEE/2020).

Na resolução, destaca-se a reorganização do calendário escolar, sendo obrigatório o cumprimento das 800 horas exigidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), mas deixando de ser obrigatório o cumprimento dos 200 dias letivos.

Além disso, a resolução também esclarece sobre o regime especial de atividades não presenciais, sendo disposto, em seu Art. 3º, o desenvolvimento de atividades por meio de um Plano de Estudo Tutorado (PET), sendo este desenvolvido por profissionais da educação do estado e estando de acordo com o Currículo de Referência De Minas Gerais. De acordo com o documento oficial da Secretaria de Educação,

§1º O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular.

§2º O Plano de Estudos Tutorado (PET) será disponibilizado a todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, por meio de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, em casos excepcionais, será providenciada a impressão dos materiais e assegurado que sejam disponibilizados ao estudante (SEE, 2020).

Ainda, é importante ressaltar que o PET foi colocado pela Secretaria de Educação como obrigatório para todos os estudantes da educação básica e do ensino profissionalizante, pois, era a partir dele que seriam computadas as horas obrigatórias descritas no Art. 1º da resolução nº 4.310/2020.

O ano de 2020 foi regido por este ensino remoto emergencial, sendo modificado, aos poucos, com a entrada do novo ano escolar de 2021, como será mais bem discutido no próximo tópico.

2.3.3 Aulas remotas e o ensino híbrido

No Brasil, a educação à distância (EAD) foi instaurada e regulamentada pela lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando a educação, nessa modalidade, válida em todos os níveis de educação. Em 1999, o Ministério da Educação (MEC) começou a credenciar universidades para esse tipo de ensino e, desde então, há uma discussão intensa sobre a implementação do estudo online dentro das escolas, nos anos iniciais, intermediários e finais da educação básica.

De maneira rápida e forçada, em 2020 foi implementado, nos estados brasileiros, o Ensino Remoto Emergencial, diferente do ensino EAD, que requer planejamento e estratégias específicas para ser implementado em uma instituição de ensino. De acordo com Alcântara et. Al. (2021), foi necessário fazer algumas modificações emergenciais em relação ao modelo EAD para que estudantes não ficassem sem participar das aulas. Segundo os autores, a modalidade emergencial adotada não foi planejada adequadamente, desconsiderando a realidade dos alunos e dos professores e, principalmente, desconsiderando os aspectos pedagógicos e tecnológicos que seriam necessários para a modalidade (ALCANTARA et al., 2021, p. 2).

Em Minas Gerais, essa estratégia de ensino remoto emergencial foi inicialmente implantada por meio do aplicativo Conexão Escola, oferecendo aos alunos o material de estudo denominado Plano de Estudo Tutorado (PET), videoaulas que eram transmitidas pelo canal do YouTube Se Liga na Educação e a tutoria de seus professores regulares por meio de um *chat* disponível no aplicativo (MINAS, 2021). Além desse recurso, muitas escolas e professores usaram o aplicativo WhatsApp, pois era mais comum entre os alunos e possuía funcionalidades a mais, como por exemplo, a possibilidade de enviar fotos, áudios e vídeos explicativos, não disponível no aplicativo da rede.

No início do ano escolar em 2021, o governo mineiro apresentou o aplicativo Conexão Escola 2.0, com várias funcionalidades adicionais as já citadas anteriormente. Este novo aplicativo se valia de recursos disponível no Google, como o Google Sala de Aula, Google Meet e Google Agenda.

A SEE-MG divulgou, em março de 2021, a nova plataforma de estudo dos estudantes, a plataforma Conexão Escola 2.0, onde alunos e professores poderiam interagir em uma sala de aula virtual. A grande novidade dessa plataforma foi o convênio que o estado fez com o Google, liberando ferramentas importantíssimas para tentar minimizar os danos da pandemia de COVID-19 que estamos enfrentando.

A plataforma Conexão Escola 2.0 oferece ao aluno uma sala de aula virtual, na qual ele pode visualizar as atividades postadas pelos professores, vídeos explicativos, além de poder enviar as atividades para seus professores, sem a necessidade de se deslocar até a escola, minimizando o contato com outras pessoas, diminuindo, assim, as chances de ser infectado pelo vírus. Além disso, foi disponibilizado um e-mail institucional de acesso a estas ferramentas para todos os alunos da rede pública do estado, sendo possível acessar todo material já citado e outros recursos utilizando uma conexão de rede patrocinada pelo governo estadual (MINAS, 2021).

Outra ferramenta de extrema importância e que facilitou a conexão e o contato do professor com o aluno é o Google Meet, aplicativo destinado a reuniões ao vivo e online.

Mesmo não sendo uma ferramenta que seja 100% eficaz, são nítidas melhorias em relação ao ano de 2020, em que se conseguiu um alcance maior do que no ano de 2020.

Em meados de julho de 2021, com a campanha de vacinação sendo feita no estado e regulamentada pela Resolução nº 4.506/2021, as aulas foram voltando aos poucos, inicialmente apenas com alunos dos anos iniciais da educação básica (1º ao 5º ano) e alunos do último ano do ensino fundamental (9º ano), de forma híbrida, semana sim com alunos na escola e semana não, alunos e professores trabalhando de forma online. É importante ressaltar que, no momento que começou a transição de ensino remoto para híbrido, as escolas cumpriram as regras sanitárias de suas cidades e, por consequência, o número de alunos presencialmente foi reduzido para que essas regras fossem realmente cumpridas. De acordo com o Art. 6º da Resolução,

Art. 6º - O ensino híbrido será iniciado por meio de aulas optativas para os estudantes, organizadas conforme os seguintes critérios:

- I) a escola permanecerá aberta para atendimento aos estudantes durante uma semana e permanecerá fechada para atendimento aos estudantes na semana seguinte, observando a constante alternância entre as semanas de abertura e fechamento;
- II) a presença nas aulas optativas não será considerada no cômputo da carga horária obrigatória;
- III) o retorno será facultativo aos estudantes que assim o desejarem;
- IV) estudantes do grupo de risco, definidos conforme critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Saúde, permanecerão realizando apenas atividades não presenciais;
- V) cada escola deverá organizar o atendimento às turmas observando-se o distanciamento previsto pelo protocolo sanitário da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, devendo o Gestor Escolar organizar revezamento dos estudantes de maneira que cada grupo possa participar do mesmo número de aulas por componente curricular (SEE/2021).

O ensino híbrido foi sendo implementado aos poucos, cidade por cidade, e na segunda semana de setembro de 2021, todos os anos de ensino oferecidos pela Rede Estadual de Educação já aderiram a esse modelo de ensino. Como esse modelo de ensino não era obrigatório, a família poderia escolher se o estudante voltaria presencialmente ou não. O art. 7º da resolução destaca que, “Todos os estudantes deverão continuar cumprindo a carga horária curricular obrigatória por meio do PET e das atividades complementares elaboradas pelo professor” (SEE, 2021).

3 Conclusão

Neste estudo foram apresentados os impactos que a pandemia do novo coronavírus causou na educação de Minas Gerais e como o Governo do Estado, por meio das políticas públicas, trabalhou para que o estado pudesse alcançar as metas educacionais da Agenda 2030.

Compreende-se que, apesar das desigualdades sociais e digitais encontradas no estudo, houve uma preocupação, por parte do governo estadual, para assegurar uma educação de qualidade para os estudantes de Minas Gerais e uma preocupação com a formação continuada de professores e profissionais da educação.

Mais do que isso, ficou nítido a evolução tecnológica que aconteceu na educação mineira. No início da pandemia, havia disponível apenas um material apostilado para os alunos e videoaulas pelo YouTube; depois, foi criado o aplicativo Conexão Escola, em que os alunos poderiam acessar a apostila, as videoaulas e mandar mensagens a seus professores em formato de texto digitado, recurso este que era inferior ao aplicativo WhatsApp, logo, pouco

utilizado. A evolução continuou e, no início do ano letivo de 2021, ficaram disponíveis, para alunos e professores, as ferramentas do Google for Education, como o Google Sala de Aula, Google Meet e Google Agenda. Destaca-se que esses aplicativos possuem muito mais funcionalidades que muitos outros disponíveis no mercado, por exemplo, a possibilidade de gravar uma aula ao vivo com o professor e essa mesma aula ser disponibilizada depois, para posterior pesquisa.

Refletimos que a escola é um espaço extremamente importante na vida das crianças e dos adolescentes, sendo um local de preparação para os problemas que virão encontrar na vida adulta. Sendo assim, pode-se concluir que, mesmo encontrando pontos positivos no sistema implementado de forma emergencial (REANP), o espaço físico escolar e o contato presencial com professores e demais trabalhadores da educação são de extrema importância para a vida de um aluno, podendo o REANP e o ensino híbrido serem uma forma de melhorar e modernizar este espaço, mas não uma forma de substituir o ensino presencial.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Liliane de Abreu Rosa de; MURTA, Karem Morgana Pereira; SOUZA, Thais Nascimento Viana Penna; MOLINARI-GOMES, Luiz Carlos. Mentoria: vantagens e desafios da educação on-line durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira De Educação Médica**, Belo Horizonte (UFMG), n. 45, supl. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/SBN8Py6cDdWGZgwn7rjPnRG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

APLICATIVO Conexão Escola proporciona interação segura entre alunos e professores durante o ensino remoto. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/11396-aplicativo-conexao-escola-proporciona-interacao-segura-entre-alunos-e-professores-durante-o-ensino-remoto>. Acesso em: 19 set. 2021.

APLICATIVO Conexão Escola 2.0 já está disponível para professore e aluno. Agência Minas, 11 mar. 2021. Seção: Educação. Disponível em <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/aplicativo-conexao-escola-2-0-ja-esta-disponivel-para-professores-e-alunos>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB]**. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

INEP. Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC, 2021.

MENEZES, Bruno. Em Minas Gerais, 700 mil alunos devem ficar sem acessar as aulas remotas. **O Tempo**, Belo Horizonte, 20 de maio de 2020. Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/cidades/em-minas-gerais-700-mil-alunos-devem-ficar-sem-acessar-aulas-remotas-1.2326670>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OPAS. Histórico da Pandemia de COVID-19. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 out. 2021.

STEVANIM, Luiz Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS**, n. 215, ago. 2020.

Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43180/2/Exclus%c3%a3oNadaRemota.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

SEE-MG. Memorando-Circular nº 16/2021/SEE/SB. Orientações para o retorno presencial de novos grupos de estudantes, Belo Horizonte, 02 de julho de 2021.

SEE-MG. Memorando SEE/SPP nº 23/2021. Campanha para a entrega dos PET do ano letivo de 2020 referentes aos cursos semestrais. Belo Horizonte, 06 de julho de 2021.

SEE-MG. Resolução SEE nº4.310/2020. Governo do estado de Minas Gerais. 2020.

Disponível em:

<https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Resolucao%20SEE_N__4310.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

SEE-MG. Resolução SEE N°4.506/2021. Governo do estado de Minas Gerais. **SEE**. 2021.

Disponível em:< <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4506-21-r%20-%20public.%2026-02-21.pdf>>. Acesso em: 26/09/2021.